

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Cade vê restrição à compra da Ale por Ipiranga.....	2
Título: Petrobras vai à Justiça por venda de ativos.....	3
Título: Estatal recorre em disputa com Rio.....	5
Título: Trégua e riscos	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Decisão do TCU sobre Petrobras deve levar até 21 dias	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	8
Título: Compra da Ale pela Ipiranga pode elevar preços	8
Título: Tribunal adia debate sobre ativos da Petrobrás.....	8
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	9
Título: Regra mais flexível no petróleo	9
Título: Superavit de US\$ 2,7 bi	12
Título: Notas	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	14
Título: Destaques	14
Título: Juiz dos EUA deve aceitar nova ação de indenização contra Petrobras.....	15
Título: Parente admite negociar fim de processo coletivo	17
Título: Estatal continua impedida de se desfazer da BR	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento****Título: Cade vê restrição à compra da Ale por Ipiranga**

Superintendência-geral recomenda que Tribunal do órgão impugne operação por risco de alta de preços

A Superintendência-geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou a impugnação da compra da rede Ale Combustíveis pela concorrente Ipiranga. Em parecer, a Superintendência-geral concluiu que a operação pode resultar em elevação de preços de combustíveis por não haver muitos concorrentes à altura no mercado e um decorrente aumento de poder de mercado da Ipiranga. A operação será agora analisada pelo Tribunal do Cade, que pode determinar uma solução alternativa para remediar a situação. Segundo o parecer da Superintendência, os mercados mais afetados pela operação são a distribuição de gasolina, diesel e etanol e a revenda desses produtos em postos. No parecer, a Superintendência-geral avalia que somente distribuidoras nacionais, com grande escala e acesso à infraestrutura, conseguem competir entre regiões. Hoje, esse mercado é composto de Ale, Ipiranga, Petrobras e Raízen (Shell).

Com a compra, portanto, esse número seria reduzido a apenas três empresas dominantes no mercado nacional. De acordo com a Superintendência-geral, a situação pode gerar um ambiente propício a surgimento de cartéis, comuns nesse setor. Conforme matéria publicada pelo GLOBO, nos últimos 15 anos esse tipo de prática anticompetitiva foi condenada em 16 cidades, somando mais de R\$ 228 milhões em multas aplicadas. Atualmente, há cartéis de combustíveis sendo investigados em sete cidades brasileiras: Belo Horizonte, Natal, São Luís, Brasília, João Pessoa, Goiânia e Joinville. Além disso, há pelo menos seis outros procedimentos em fase de apuração preliminar, em sigilo. “A rivalidade oferecida pelas outras duas distribuidoras nacionais restantes, Petrobras e Raízen (Shell), também não seria suficiente para afastar as preocupações, de acordo com a Superintendência. A experiência do Cade com casos de carteis de combustíveis apontou uma série de fatores estruturais que incentivam a prática de infrações coordenadas no setor.

O parecer cita condenações passadas em que a detenção de uma parcela de mercado relativamente pequena foi suficiente para que distribuidoras de combustíveis influenciassem ou coordenassem carteis entre postos de revenda”, diz a nota do Cade. A aquisição da rede Ale pela Ipiranga por R\$ 2,17 bilhões foi anunciada em junho do ano passado. Na época em que o negócio foi anunciado, a avaliação dos analistas era que a estratégia da Ipiranga, subsidiária

do grupo Ultrapar, era aumentar sua participação no Nordeste. Para especialistas, a região é considerada estratégica porque, além de seu potencial de crescimento, perde menos vendas em períodos de crise e cresce mais fortemente em momentos de expansão econômica.

IPIRANGA DIZ QUE BUSCARÁ AVAL DO CADE

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, a BR Distribuidora é líder na distribuição de gasolina, com fatia de 25,6% do mercado em dados até outubro. Na mesma base de comparação, a Ipiranga tem fatia de 19,7% e a rede Ale, de 5,1%. No ano passado, o setor sentiu os impactos da crise e da maior concorrência. Um dos efeitos foi o aumento da importação de combustíveis. Com isso, o volume de refino no país recuou ao menor nível desde 2010. O grupo Ultra, controlador da Ipiranga, informou que continuará buscando a aprovação da operação junto ao Tribunal do Cade “conforme os trâmites previstos em lei”.

Em nota, o grupo afirma que “a companhia seguirá colaborando com o Cade para afastar as preocupações concorrenciais identificadas em parecer técnico elaborado pela Superintendência-geral.” A Ale fará os esclarecimentos que se fizerem necessários “para afastar as preocupações concorrenciais apresentadas”. A companhia segue aguardando o posicionamento final do Cade

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Petrobras vai à Justiça por venda de ativos

Decisões judiciais impedem alienação de BR Distribuidora e Petroquímica Suape.

- A Petrobras vai recorrer de todas as decisões na esfera judicial que a impedem de vender ativos, afirmou ontem Pedro Parente, presidente da estatal. E, embora acredite na possibilidade de retomada desses processos de venda em breve, ele reconheceu que as contestações na Justiça podem causar algum atraso no programa de desinvestimentos da petrolífera. Entre as operações de vendas que estão suspensas destacam-se as da BR Distribuidora, a conclusão da alienação da Companhia Petroquímica de Pernambuco (Suape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe). — Vamos trabalhar dentro do marco legal para reafirmar nosso plano diante do Poder Judiciário e reverter essas decisões com recursos a instâncias superiores — disse Parente, após participar de evento promovido pelo banco Credit Suisse, em São Paulo.

A suspensão da venda da distribuidora foi determinada pela 3ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe, a pedido do Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro-AL/SE), em dezembro. A estatal entrou com pedido de liminar suspensiva, mas a primeira turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região negou o recurso anteontem à noite. Em nota, a estatal afirmou que estudaria a possibilidade de fechar as duas unidades do complexo petroquímico caso não possa levar adiante a venda, pois são operações deficitárias. Segundo Parente, apesar disso, a estatal deverá recorrer às instâncias superiores, que em geral derrubam as decisões de primeira instância. O programa de desinvestimento da estatal soma US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018, maior que os US\$ 13,6 bilhões realizados no biênio anterior.

Além da disputa na esfera judicial, a Petrobras precisa entrar em acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), que no fim do ano passado determinou a suspensão de seu programa de desinvestimento, que envolve outros ativos além da BR Distribuidora. Uma das exigências do TCU é que a empresa dê mais publicidade ao processo, para que os ativos possam atrair um maior número de interessados. — O ritmo de venda dos ativos depende muito da decisão do tribunal. Temos esperança de que seja algo que não venha a provocar um atraso muito relevante, mas isso não depende só da gente — afirmou Parente.

COMPASSO DE ESPERA NO TCU

O assunto seria discutido ontem no TCU, mas antes mesmo de o ministro José Múcio Monteiro ler seu voto no plenário sobre a liberação da venda de ativos da Petrobras, o ministro Bruno Dantas pediu vista do processo. Com isso, a posição da área técnica do tribunal não foi revelada. A retomada do processo dependerá, portanto, do prazo que Dantas levará para analisá-lo. O executivo afirmou ainda que a estatal irá avaliar todas as áreas de exploração de petróleo no pré-sal que devem ir a leilão neste ano. Nas que forem consideradas bons ativos, a estatal deve exercer o seu direito de preferência.

— Se a gente tiver áreas classificadas como muito ótimas, vamos exercer nosso direito de preferência — explicou, acrescentando que não tem prazo para deixar a presidência da estatal. Parente afirmou que os planos de demissão voluntária promovidos pela Petrobras em 2014 e 2016 vão totalizar cerca de 19 mil desligamentos. — É um custo difícil de reduzir porque somos uma estatal, mas essas 19 mil adesões aos programas de demissão voluntária irão permitir isso — disse. Mesmo diante do corte de despesas, que ajudará a empresa a reduzir o endividamento, o executivo disse que a produção não será afetada: — Essa redução nos investimentos não será feita às custas da redução da produção.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Estatal recorre em disputa com Rio**

A Petrobras recorreu à Justiça contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, questionando a cobrança de vários créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A companhia informou ontem que depositou em juízo, no último dia 13, o valor total de R\$ 638 milhões referentes a esta ação judicial. A Petrobras ressaltou que entrou na Justiça por não concordar com a cobrança: “com o objetivo de dar continuidade à discussão do mérito na esfera judicial e por acreditar que os débitos alegados pelo governo do Rio são indevidos”. De acordo com fontes técnicas da companhia, a referida disputa sobre créditos do ICMS com o governo do Estado do Rio se esgotou na esfera administrativa e, por isso, a Petrobras decidiu recorrer à Justiça. A empresa explica que fez o depósito judicial porque “a legislação exige a apresentação de garantias para disputas tributárias na Justiça”.

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio, por sua vez, se limitou a informar que o valor depositado em juízo pela Petrobras se refere a “um auto lavrado e que a Petrobras fez um depósito judicial questionando este auto”. Com sérias dificuldades de caixa, o governo do estado informou que sacou os recursos, explicando que por se tratar de um “depósito judicial, acessou os recursos com base na Lei Federal 151/2015”. Informou, porém, que o valor era “de aproximadamente R\$ 500 milhões”. A Lei Complementar 151/2015 permite a utilização de 70% dos depósitos judiciais e administrativos pela União, estados e municípios, para o pagamento de precatórios judiciais, dívida pública fundada e manutenção do equilíbrio atuarial dos fundos de Previdência. A secretaria de Fazenda, contudo, não explicou qual o argumento usado para acessar os recursos do depósito feito pela Petrobras.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Trégua e riscos**

A crise brasileira ganhou uma pequena trégua neste início de ano. Os indicadores de confiança subiram, a bolsa se recuperou, e economistas que tinham uma visão mais cautelosa para o ano estão um pouco mais otimistas. Mais de R\$ 6 bilhões de recursos estrangeiros entraram na Bovespa em janeiro, impulsionada pela alta dos preços das commodities e pela expectativa de que a recessão esteja próxima do fim.

A inadimplência está mais baixa, apesar do desemprego, e isso favorece o setor financeiro e facilita o destravamento do crédito. A economista Silvia Matos, do Ibre/FGV, admite que está um pouco mais aliviada, depois do susto com os números ruins da economia no final do ano passado. Pelas estimativas do Ibre, o país pode voltar ao azul já neste primeiro trimestre, em relação ao quarto, mas com um crescimento mínimo, de apenas 0,1%, e sustentado pela agropecuária.

Silvia prefere olhar para o segundo trimestre, quando espera números positivos espalhados por vários setores: indústria, serviços, consumo e investimentos. — Eu estava preocupada com o risco de uma nova recessão este ano, mas isso diminuiu bastante. A gente mantém a estimativa de alta de 0,3% para o PIB de 2017, mas com viés de alta. O ano começa fraco, mas vai acelerando, para chegar no quarto trimestre em um ritmo mais forte — afirmou. O Ibovespa deu um salto de 7,37% em janeiro. As ações de alguns bancos subiram. A Vale saltou 30%, por causa da forte recuperação dos preços do minério de ferro.

Álvaro Bandeira explica que isso puxou os papéis do setor siderúrgico e da área de mineração. A China anunciou o fechamento de siderúrgicas mais poluentes, e isso deve resultar numa produção menor de aço para competir com a produção local, no caso, a brasileira. O índice americano Dow Jones chegou a bater recorde histórico, mas o cenário externo está incerto com toda a crise provocada pelas primeiras decisões do presidente Donald Trump. — Duas coisas me preocupam este ano. A primeira é o cenário externo com o governo Trump, que vai provocar volatilidade.

A segunda é a classe política brasileira se acomodar a partir do momento em que a economia voltar para o azul. É preciso manter o esforço contínuo de reformas. A Previdência precisa ser aprovada — disse Silvia Matos. Os indicadores mostram que este ano é de pequena melhora, depois da grande hecatombe que foram os últimos dois anos. Há dois pontos de aguda incerteza. Aqui dentro, a crise política pode se agravar muito com todas as revelações da Lava-Jato. No exterior, os Estados Unidos viraram o grande ponto de interrogação com as decisões radicais do novo presidente. Será preciso ir retomando lentamente o ritmo de atividade econômica, apesar desses dois pontos de instabilidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Renata Agostini e Dimmi Amora**Título:** Decisão do TCU sobre Petrobras deve levar até 21 dias

O processo sobre as regras que a Petrobras tem de seguir para a venda de ativos deve voltar ao plenário do TCU (Tribunal de Contas da União) em até três semanas, avalia o ministro Bruno Dantas, que pediu vista do caso nesta quarta-feira (1º).

Ele afirmou à Folha que o pedido foi necessário para sanar dúvidas levantadas por técnicos de sua equipe.

Um prazo maior de análise será necessário somente se novos ajustes no procedimento de venda forem pedidos à estatal, disse o ministro.

Até lá, a Petrobras seguirá impedida de vender empresas e campos de petróleo.

O relator do processo que avalia se a estatal está cumprindo a legislação para fazer esse tipo de venda, José Múcio, tinha parecer favorável a liberar as negociações, suspensas desde o fim de 2016.

A parada dificulta os planos da estatal, que planeja cortar drasticamente sua dívida. O objetivo era vender US\$ 15,1 bilhões em ativos até o ano passado, dinheiro que ajudaria a petroleira a reduzir sua dívida. Ao final, foram US\$ 13,6 bilhões. Além do TCU, há decisões da Justiça que impedem as vendas.

Em entrevista nesta quarta, o presidente da estatal, Pedro Parente, disse que esperava o fim do bloqueio "o mais rapidamente possível".

Os técnicos do órgão de controle e a diretoria da empresa haviam chegado a um acordo. A Petrobras concordou em dar maior transparência às vendas, informando desde o início do processo sobre o que vai ser vendido, e não apenas a possíveis compradores, como vinha sendo feito por meio de convites.

Além disso, ficara acertado que a diretoria da empresa teria de exercer um maior controle sobre esse tipo de negociação. Até agora, os diretores só aprovavam o início do processo, quando o ativo era colocado à venda, e o término da negociação, quando a compradora era escolhida e os valores oferecidos eram apresentados.

A negociação era tocada somente pelos diretores setoriais da estatal. Agora, todos os diretores da petroleira terão de aprovar as etapas do processo de venda.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernando Nakagawa****Título: Compra da Ale pela Ipiranga pode elevar preços**

A compra da bandeira Ale pelos postos Ipiranga vai aumentar a concentração do mercado de combustíveis e poderá resultar em elevação de preço, segundo a Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O parecer diz que a operação praticamente acabaria com a competição na distribuição em 11 Estados e encerraria “qualquer perspectiva de entrada relevante de uma nova rival efetiva no mercado”. A decisão sobre eventuais barreiras ao negócio, no entanto, cabe ao plenário do órgão. O acordo, anunciado em junho de 2016, prevê que a Ipiranga, vice-líder do setor, compre por R\$ 2,17 bilhões a Ale, número quatro do setor, e assuma 2 mil postos em 22 Estados. “A operação é preocupante. Se aprovada, Ipiranga, Raízen (dona da Shell) e BR Distribuidora estarão em zona confortável para induzir ou impor a coordenação sobre centenas de mercados relevantes de revenda”. Opções. A avaliação foi feita com base na premissa de que apenas distribuidoras nacionais conseguem competir efetivamente.

Para o Cade, há quatro empresas com poder de mercado: BR Distribuidora, Ipiranga, Shell e Ale. “A operação resultaria na redução do número de quatro para três em um ambiente de mercado já concentrado.” Em casos em de concentração, a Superintendência do Cade pode sugerir alternativas para amenizar o problema. O parecer, porém, cita que “à primeira vista” não parece haver espaço para esse tipo de medida. Procurado, o grupo Ultra, dono da marca Ipiranga, informou “que seguirá buscando a aprovação da operação junto ao Tribunal do Cade, conforme os trâmites previstos em lei”. O grupo Alesat disse que estar “disponível para atender os esclarecimentos que se fizerem necessários para afastar as preocupações concorrenciais”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Tribunal adia debate sobre ativos da Petrobrás**

Liminar proibiu projetos de ‘desinvestimento’ da estatal, mas relator do processo é a favor da retomada dos negócios.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas decidiu pedir vista do processo que autorizava a Petrobrás a retomar a venda de seus ativos. A decisão foi anunciada ontem, durante sessão plenária da Corte de contas. O

objetivo é analisar se as correções feitas pela Petrobrás para garantir mais transparência e evitar o direcionamento de negócios atingem não apenas novas transações que a empresa venha a fazer com seus ativos, mas também os negócios já firmados com a companhia. Não há uma data para que o processo seja novamente submetido ao plenário, mas a expectativa, segundo apurou o Estado, é de que leve cerca de três semanas. Os projetos de “desinvestimento”, uma das principais estratégias da estatal para a crise financeira, estão suspensos desde 7 de dezembro por uma decisão liminar, por causa de irregularidades detectadas. O ministro relator do processo no TCU, José Múcio, estava pronto para autorizar a retomada dos negócios, sob a justificativa de que a Petrobrás adotou uma série de medidas para ajustar a venda de ativos e empresas às exigências impostas pelo tribunal no ano passado. A suspensão do processo não concede um prazo para que o tema volte ao plenário do TCU.

A Petrobrás tem adotado medidas para aumentar os recursos em caixa para fazer frente à dívida. Até junho do ano passado, foram concluídas 27 transações, que totalizaram aproximadamente US\$ 10 bilhões. A projeção de vendas para o biênio 2015-2016 era de US\$ 15,1 bilhões e, para 2017-2018, de US\$ 19,5 bilhões. O programa totalizou US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015-2016, não atingindo a meta pela obrigação da Petrobrás em cumprir decisão liminar da Justiça de Sergipe, impedindo a conclusão das negociações dos campos de Tartaruga Verde e Baúna. Com isso, a diferença foi acrescida à meta para o biênio 2017-2018. Em sua decisão de dezembro, o TCU só permitiu que cinco vendas, com receita prevista de US\$ 3,3 bilhões, fossem levadas adiante. Trata-se dos projetos batizados de Paraty 1, Paraty 3, Ópera, Portfólio 1 e Sabará. Entre outras irregularidades que a Petrobrás agora promete corrigir, o TCU apontou a falta de transparência e a possibilidade de direcionamento dos negócios. Segundo o tribunal, parte considerável de atos relacionados à venda dos ativos não era enviada à deliberação de órgãos diretivos da companhia. Na ocasião, a companhia informou que se comprometeu com as correções solicitadas pelo TCU e reafirmou as metas de seu plano de desinvestimentos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Regra mais flexível no petróleo

O governo está prestes a concluir o texto de medida provisória (MP) que vai mudar as regras da lei de conteúdo local para o setor de petróleo. A expectativa é que a MP seja publicada na semana que vem — e a torcida de empresários do segmento é que a equipe de Michel Temer reduza o percentual obrigatório de 65% para fornecedores nacionais para algo entre 30% e 40%.

Fontes do governo informaram que ainda não houve consenso entre os grupos técnicos e de gestão desse projeto, que envolvem integrantes da Casa Civil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Ministério de Minas e Energia (MME) e Ministério da Fazenda. As discussões, no entanto, estão a pleno vapor para que o assunto seja encerrado o quanto antes. Hoje, haverá uma reunião na Casa Civil com o grupo técnico. Na segunda-feira, o encontro do pessoal de gestão será no Mdic, e é possível que o texto final seja concluído neste dia.

O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Jorge Camargo, demonstra otimismo em relação à nova MP. Para ele, as mudanças serão cruciais para atrair investidores para os próximos leilões de áreas de produção. “O governo está conversando com o setor e sabe que o que está em jogo é o sucesso ou não das próximas rodadas de exploração de petróleo”, destacou. “As medidas anteriores foram protecionistas e criaram uma reserva de mercado, mas não resultaram em mais investimentos. O setor espera que a política seja mais simples, com menos burocracia e focada em um número realista para o conteúdo local”, disse.

Em dezembro, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou as diretrizes para a 14ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e da 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção do pré-sal. Para especialistas, as novas regras serão importantes para atrair investidores e evitar mais um período longo sem leilões no setor.

Em artigo publicado ontem, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, classificou a política de conteúdo local de um exemplo de “intervencionismo estatal”, ao destacar a dificuldade que a empresa tem para contratar fornecedores estrangeiros. “A exigência de um conteúdo local muito acima da capacidade da indústria impôs prejuízo significativo ao governo e ao setor. Quem diz isso não é a Petrobras, mas o Tribunal de Contas da União, que em auditoria recente concluiu que ‘existe um alto custo da política, em função da baixa competitividade da indústria nacional’, afirmou.

Competitividade

Questionada sobre que tipo de mudança a Petrobras defende, a assessoria da companhia respondeu que a estatal “é a favor de um modelo que premie a inovação, a produção com qualidade, os custos e prazos adequados e as parcerias”. “Entendemos que o melhor seria uma política orientada para que, futuramente, os fornecedores brasileiros possam concorrer em igualdade de condições com seus rivais de outros países”, afirmou a empresa, defendendo “percentuais decrescentes de conteúdo local em vez de crescentes, como os existentes hoje”. A ANP evitou comentários. Em nota, informou que a política é

formulada pelo governo. “Cabe à ANP, como agência reguladora, a execução dessa política”, afirmou.

Maquiagem

A falta de competitividade da indústria local é consenso entre os especialistas. Eles destacam que nenhuma empresa no exterior importa plataformas brasileiras de exploração de petróleo, apenas a Petrobras, porque é obrigada. Só que a petrolífera faz isso por meio de uma subsidiária no exterior para ter outro benefício, o Repetro, que permite a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao “importar” e “alugar” as mesmas plataformas de volta. As exportações são apenas contábeis, mas têm ajudado a melhorar o saldo da balança comercial.

Levantamento da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) mostra que, entre 2004 e 2016, o país exportou 28 plataformas de petróleo, no valor de US\$ 21,3 bilhões. O montante equivale a quase o total de petróleo vendido pelo Brasil aos Estados Unidos no ano passado: US\$ 23,1 bilhões. O governo destaca que a operação é legal.

A prática foi intensificada durante a gestão de Dilma Rousseff. Segundo a AEB, 20 plataformas foram “exportadas” entre 2011 e 2016. O pico ocorreu em 2013, quando foram contabilizadas sete unidades, no valor de US\$ 7,7 bilhões. Isso permitiu que a balança comercial ficasse positiva em US\$ 2,3 bilhões. Sem as plataformas, teria havido deficit de US\$ 5,4 bilhões. Já no ano passado, foram exportadas quatro plataformas, que somaram US\$ 3,6 bilhões, dado que ajudou a amenizar a queda das exportações, que estão encolhendo desde 2011. Em 2016, o país exportou US\$ 185,2 bilhões, volume 3% menor que os US\$ 191,1 bilhões registrados em 2015. Sem essas quatro plataformas, o recuo teria sido de 5%.

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Mdic e sócio da consultoria Barral MJorge, lembrou ainda que, por ter medidas protecionistas, o Brasil está sendo alvo de processo na Organização Mundial de Comércio (OMC) e terá de rever outros programas de incentivo fiscal para a indústria local, como o Inovar Auto. “O governo precisará se adequar às regras da OMC mais cedo ou mais tarde”, avisou. O Mdic informou que não houve a condenação formal do processo, e, por enquanto, só trabalha na mudança das regras de conteúdo local do petróleo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** R.H.**Título:** Superavit de US\$ 2,7 bi

A balança comercial registrou superavit de US\$ 2,7 bilhões em janeiro, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). No primeiro mês de 2017, as exportações somaram US\$ 14,9 bilhões e as importações, US\$ 12,2 bilhões. Esse foi o melhor resultado para meses de janeiro desde 2006, quando o saldo chegou a US\$ 2,8 bilhões.

A média diária de exportações de janeiro foi de US\$ 677,8 milhões, uma alta de 20,6% em comparação com o mesmo mês do ano passado. Já nas importações, a média por dia foi de US\$ 553,9 milhões, com crescimento de 7,3%.

O diretor de Estatística e Apoio à Exportação do Mdic, Herlon Brandão, disse que o crescimento das exportações se deve, principalmente, ao aumento de preço dos produtos vendidos pelo Brasil. No entanto, segundo ele, ainda é prematuro tomar o superavit de janeiro como uma tendência para o ano. “Mantemos a estimativa de um resultado semelhante ao de 2016, com crescimento tanto nas exportações como nas importações”, avaliou. No ano passado, a balança teve saldo positivo de US\$ 47,7 bilhões.

Em janeiro, o preço médio das exportações aumentou 20,1%, enquanto o volume vendido cresceu apenas 0,5%. “O elevado saldo comercial de janeiro foi influenciado pelo preços das mercadorias, principalmente dos produtos básicos. Há uma melhora significativa nas cotações das commodities minerais”, afirmou Brandão. O preço do minério de ferro, por exemplo, teve alta de 113,8% na comparação com janeiro de 2016, explicou.

Segundo o diretor, as commodities minerais devem continuar apresentando recuperação de preço em 2017. “Já as commodities agrícolas têm incertezas maiores”, ponderou. O preço da soja em grão cresceu apenas 6,9% em relação a janeiro de 2016. Já a elevação de 7,4% das vendas de manufaturados em janeiro, comentou Brandão, se deve mais à recuperação de mercados do que a variações de preço.

Brandão destacou ainda que a balança continuou com superavit na chamada conta petróleo em janeiro, com saldo positivo em US\$ 2,7 bilhões, resultado de exportações de US\$ 14,9 bilhões e importações de US\$ 12,2 bilhões. “Mas esperamos que a importação de combustíveis cresça com a melhora da atividade econômica neste ano”, acrescentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia / Colunas**Autor:** Vicente Nunes**Título:** Notas

Conteúdo local

» Enquanto as atenções do governo estão todas voltadas para as eleições no Congresso e para a definição do relator dos processos da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), empresários e trabalhadores se movimentam para barrar o projeto elaborado pelo Palácio do Planalto que muda a Política de Conteúdo Local que rege a indústria petrolífera.

Distorção do Repetro

» A meta é mostrar que os problemas não estão nas regras adotadas durante os governos petistas, mas em uma legislação vigente desde 1999, o Repetro, baixada por Fernando Henrique Cardoso, que deu isenção total para a importação de máquinas e equipamentos pelas petroleiras. O Repetro vence em 2019 e o lobby por sua renovação é liderado pela Petrobras.

Meias verdades

» O argumento dos que gritam contra o conteúdo local é de que a obrigatoriedade de comprar pelo menos 59% de máquinas e equipamentos no país resulta em um custo adicional de pelo menos 45% nos projetos. Isso, segundo essa corrente, inviabiliza qualquer empreendimento. Outra alegação é de que faltam fornecedores, o que atrasa e encarece mais as obras.

Erro de visão

» É verdade que, quando o país adotou o conteúdo local, o governo estava mais preocupado em criar uma forte demanda por máquinas e equipamentos produzidos no Brasil. Não se preocupou em estimular a oferta. Esse foi o grande erro, mas que pode ser corrigido por meio de uma política séria de incentivos a investimentos.

Ranço ideológico

» Acabar com o conteúdo local ou mesmo flexibilizá-lo demais só estimulará a importação de maquinários estrangeiros, criando empregos fora do país. Não se

trata de ranço ideológico, como diz o presidente da Petrobras, Pedro Parente, ao se referir aos que defendem a obrigatoriedade de se comprar produtos fabricados no país.

Distorção total

» O Repetro, que Parente defendeu com unhas e dentes no fim dos anos 1990, quando estava no governo FHC, foi importante naquele período, já que era urgente desenvolver a indústria petrolífera no Brasil. Agora, quase 20 anos depois, não faz mais sentido dar isenção total de impostos para máquinas e equipamentos vindos de fora. Isso é uma distorção total.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

TCU adia caso Petrobras

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas pediu vistas e adiou ontem a decisão do plenário da corte que analisava liberar a retomada do processo de venda de ativos da Petrobras. O retorno do processo à pauta do plenário fica ao critério do próprio Dantas, que pode propor a análise de outros aspectos não considerados pelo ministro relator José Múcio Monteiro. A suspensão do plano de venda de ativos da estatal foi feita pelo TCU no início de dezembro, ao entender que a companhia precisava aprimorar os procedimentos adotados para realizar a alienação de bens.

Venda da Cetrel vai à AGE

A Odebrecht, controladora da Braskem, vai se abster na assembleia de acionistas da petroquímica que tratará da compra da empresa de serviços ambientais Cetrel, que atua no Polo de Camaçari. O motivo é que a Cetrel foi vendida pela própria Odebrecht. Como se trata de situação que envolve potencial conflito de interesses, a Odebrecht deixará a decisão para os demais acionistas, em informação passada por ela ao Valor. Sua sócia na Braskem é a Petrobras, com 47,3% do capital votante. Os demais 2,6% dos papéis com direito a voto estão no mercado. A transação - fechada por R\$ 610 milhões, por 63% do capital - foi aprovada pelo conselho administrativo da Braskem no dia 27 e está condicionada ao aval da assembleia, ainda não foi convocada.

Compra da Ale ameaçada

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) impugnou a compra da rede de postos Ale pela Ipiranga e deixou para o tribunal do Cade a decisão final sobre a operação. "A operação pode resultar em elevação de preços dos combustíveis na distribuição e na revenda decorrente de um aumento do poder de mercado da Ipiranga e da elevação da possibilidade de atuação coordenada das empresas do setor", informou, em nota, o órgão. Isso porque, como constatou a SG, "somente distribuidoras de alcance nacional, que atuam com grande escala e amplo acesso à infraestrutura, conseguem acessar um nível de competição inter-regional e estabelecer fortes bandeiras de revenda". Apenas quatro empresas têm esse porte apontado pela superintendência do Cade. Ipiranga e Ale são duas delas". Assim, destacou, só restariam três competidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile

Título: Juiz dos EUA deve aceitar nova ação de indenização contra Petrobras

O juiz Amit Mehta, da Corte Distrital de Colúmbia, em Washington, deverá aceitar a tramitação de uma ação proposta pelo fundo de investimento EIG Partners por prejuízos com a Sete Brasil na qual são requeridos US\$ 300 milhões de indenização. Esse montante seria cobrado junto à Petrobras.

Nesta semana, foi realizada uma audiência sobre o assunto e o juiz Mehta teria feito questionamentos indicando uma tendência à abertura do processo, segundo a avaliação de pessoas presentes à sessão.

De um lado, representantes da EIG disseram que não tinham conhecimento de esquemas de corrupção envolvendo investimentos que fizeram na Sete Brasil - empresa desenvolvida para operar sondas da Petrobras. Eles alegaram que foram levados a fazer aportes que se revelaram deletérios para seus cotistas e, por isso, pediram a quantia próxima de US\$ 300 milhões.

Já os representantes da Petrobras ainda não entraram no mérito da questão quanto ao suposto prejuízo da EIG e apenas ressaltaram, nessa fase do processo, que não haveria razão para o caso tramitar em Washington, mas sim, na Justiça do Brasil, já que as alegações do fundo se referem a fatos que teriam ocorrido no país.

A EIG e a Petrobras foram sócias da Sete Brasil. A estatal chegou a indicar diretores para a empresa de sondas, como Pedro Barusco, que, depois, revelou

no âmbito da Lava-Jato o recebimento de R\$ 98 milhões em propinas e se comprometeu a devolver esse dinheiro. De acordo com as investigações, a Sete funcionou como uma extensão do esquema de pagamentos indevidos em contratos com a estatal que envolveu várias empresas. Barusco afirmou que pelo menos R\$ 10 milhões em propinas foram pagos através da Sete, que contou com aportes de fundos de pensão, como Previ e Funcef, do BNDES e do BTG.

A decisão de Mehta sobre a abertura do processo deverá ser tomada dentro de um prazo que pode durar até seis meses. Caso ele aceite a ação, será mais um caso em que a Petrobras terá de se defender nos Estados Unidos por conta de investigações originadas da Operação Lava-Jato. A estatal responde a uma ação coletiva proposta por investidores de suas ações na Bolsa de Nova York e a uma investigação no Departamento de Justiça do governo americano. Em ambas, a Petrobras pode ser chamada a pagar multas pesadas e há muita especulação sobre os valores que poderiam até chegar a mais de US\$ 1 bilhão, dependendo das negociações da estatal com as partes envolvidas.

O EIG é um fundo de investimentos no setor de energia com aportes estimados em US\$ 23 bilhões. A empresa foi fundada em Los Angeles, na década de 1980, e hoje tem sede em Washington e escritório no Rio de Janeiro. Quando o EIG decidiu investir na Sete, os preços do petróleo estavam mais altos do que os níveis atuais e o governo brasileiro desenvolvia planos de investimentos para explorar a camada pré-sal.

Criada para desenvolver sondas para explorar o pré-sal, a Sete Brasil está em recuperação judicial com dívidas estimadas em R\$ 17 bilhões e deixou um mar de prejuízos a fundos, empresas e bancos que atuaram para financiar os projetos da companhia. Boa parte dos diretores da Sete sofreu investigação na Lava-Jato e o ex-presidente João Carlos Ferraz está na lista de depoentes desta semana na Justiça Federal de Curitiba, onde tramitam os autos da operação. A previsão inicial de construção de 28 sondas pela Sete foi drasticamente reduzida e, no fim do ano passado, falava-se na tentativa de levar a cabo planos para apenas 12.

Caso o juiz Mehta confirme a expectativa de aceitar a ação, isso não significa que a EIG será indenizada imediatamente nem que a Petrobras terá que efetuar pagamentos. Nessa hipótese, serão abertos novos prazos para a defesa e para a acusação. A expectativa, segundo advogados ouvidos pelo Valor, é a de que um caso como esse demore em torno de dois anos para ser decidido pela Justiça, em Washington. Nesses casos, as partes costumam entrar em acordo antes de a Justiça americana determinar uma decisão final.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Victória Mantoan****Título: Parente admite negociar fim de processo coletivo**

A Petrobras admitiu pela primeira vez chegar a um acordo para encerrar a ação coletiva movida nos Estados Unidos contra a empresa, desde que o processo a considere vítima e não culpada dos crimes cometidos. A outra condição é que ela possa pagar menos do que o reclamado pelos investidores, afirmou ontem Pedro Parente, presidente da estatal, em evento do Credit Suisse.

"Temos uma visão muito clara que a Petrobras foi vítima, não agente, e não teve qualquer benefício em relação ao que aconteceu", disse, completando que, "infelizmente", os advogados que movem o processo sempre tiveram uma visão diferente disso. "Estamos preparados para conversar, desde que tenhamos essa perspectiva em mente", disse.

De acordo com o executivo, os valores que a Petrobras está disposta a desembolsar são "muito menores" do que os falados pelos investidores, em linha com os pagos pela estatal nos acordos para encerrar algumas ações individuais contra a empresa.

Parente, porém, não quis falar quais seriam os valores "adequados", uma vez que a negociação é sigilosa. O Valor apurou que o montante pedido pelos investidores é na casa de bilhões de dólares.

No fim do ano passado, a Petrobras fechou acordos para encerrar 15 dos 27 processos individuais movidos por grandes investidores na Justiça dos Estados Unidos. A estatal não revelou exatamente quanto pagou em indenizações para encerrar as ações, apenas disse que cabem dentro da provisão de US\$ 364 milhões reconhecida em outubro. O montante foi considerado menor que o esperado pelo mercado.

"Fizemos acordos em níveis muito inferiores aos demandados pela 'class action'. No nível demandado por eles, não vejo nenhuma possibilidade de acordo", disse Parente. Segundo ele, a Petrobras admite fazer desembolsos para encerrar também a ação coletiva desde que cheguem a um valor adequado e considerem que a Petrobras foi vítima. "Fora dessa condição, não tem hipótese de acordo", disse.

A ação coletiva movida contra a Petrobras representa todos os que negociaram ADRs e títulos da dívida da companhia entre 2010 e julho de 2015. Atualmente, o processo está paralisado, uma vez que o Tribunal Federal de Apelações ainda

precisa publicar sua decisão sobre a apelação movida pela Petrobras, questionando justamente o grupo de investidores que é representado pela ação. O objetivo da companhia é ao menos reduzir esse grupo, o que resultaria em uma indenização menor.

A expectativa é que o Tribunal Federal de Apelações dos Estados Unidos divulgue sua decisão neste mês. Os envolvidos não arriscam um palpite sobre a decisão do tribunal, mas entendem que a empresa está em uma posição melhor hoje nessa discussão. Desde que a apelação foi aceita, a estatal ganhou poder para barganhar uma indenização mais favorável em um eventual acordo.

No evento ontem do Credit Suisse, Parente também comentou sobre o andamento do programa de venda de ativos, e garantiu o cumprimento da meta de redução do endividamento da estatal até o fim de 2018.

Questionado se seria prioridade cumprir os investimentos ou a redução do endividamento, Parente afirmou que as duas métricas da companhia são claras: uma meta de segurança e uma de desalavancagem. "A luz dos problemas que uma alta alavancagem coloca, precisamos cumprir essa meta de desalavancagem", afirmou.

O sucesso das vendas de ativos é fundamental para que a estatal possa cumprir essa meta, ao mesmo tempo em que segue executando os investimentos previstos. O problema é que várias operações estão travadas por decisões judiciais e liminares.

"De fato, estamos enfrentando questões em tribunais, mas temos convicção de que seremos capazes de mostrar a relevância do programa de parcerias e de venda de ativos para cumprir os investimentos", disse.

Ele falou ainda sobre o Tribunal de Contas da União (TCU) ter paralisado os processos de vendas da empresa. Segundo ele, a Petrobras tem "boas expectativas" sobre a decisão do tribunal. "Mas não depende de nós, depende do tribunal", disse. Segundo ele, a Petrobras já teve várias conversas técnicas com o tribunal e levou suas sugestões de desinvestimentos, que estão sendo avaliadas.

O plenário do tribunal poderia ter liberado ontem a retomada do processo de venda de ativos, mas o ministro Bruno Dantas pediu vista do processo, adiando a decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: Estatal continua impedida de se desfazer da BR**

A Justiça Federal do Estado de Sergipe negou recurso da Petrobras e manteve a suspensão do processo de venda de uma participação da BR Distribuidora. É o terceiro revés sofrido pela companhia relativo ao seu programa de desinvestimentos de ativos em pouco mais de uma semana.

Nos últimos dias, a Justiça sergipana também já havia suspenso, em caráter liminar, a venda da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para a mexicana Alpek.

Com a decisão, a estatal brasileira teve de retirar a apreciação do negócio, de US\$ 385 milhões, da pauta da assembleia geral extraordinária de acionistas realizada na terça-feira, no Rio.

Na semana passada, o revés foi no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso movido pela petroleira contra liminar da Justiça de Sergipe que havia bloqueado a venda dos campos de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e Baúna, na de Santos, para a australiana Karoon.

Ainda são alvo de ações na justiça sergipana, movidas por representantes do Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (SindipetroAL/SE), as vendas da Liquigás para o grupo Ultra; da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para um consórcio liderado pela Brookfield; de nove campos em águas rasas em Sergipe e Ceará e do Projeto Topázio, que envolve 104 campos terrestres.

Entre as sete ações ajuizadas, a Petrobras já conseguiu reverter liminares que suspendiam as vendas dos campos em águas rasas e do Projeto Topázio. Nesse último caso, porém, o recurso da Petrobras foi parcialmente acatado: a estatal foi liberada a continuar com a negociação dos campos, mas ainda está impedida de fechar o contrato.

Em janeiro, o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Ivan Monteiro, afirmou que, apesar de impedida de continuar as negociações para venda da BR, a Petrobras vem trabalhando internamente com as discussões em torno do acordo de acionistas.

MME / ASCOM